

Dívida volta a subir em setembro

Fernando Nakagawa

■ BRASÍLIA. A dívida em títulos do governo voltou a crescer e atingiu, em setembro, R\$ 1,061 trilhão. No ano, o passivo do governo já engordou R\$ 82,2 bilhões, alta de 8,39%. Apesar do aumento do estoque, o perfil dos compromissos segue em tendência de melhora. A parcela prefixada superou 32% de todo o débito, maior nível desde o início da série histórica em dezembro de 1999. Já a participação da dívida pós-fixada, atrelada à taxa básica de juros (Selic), caiu ao menor patamar desde novembro de 2002.

No mês passado, o Tesouro Nacional emitiu R\$ 35,9 bilhões em títulos, dos quais 61% foram com remuneração prefixada, 23% em papéis pós-fixados e 16% em títulos vinculados a índice de preços. Os resgates somaram R\$ 25,2 bilhões, o que elevou a dívida em R\$ 10,7 bilhões. Soma-se a isso, o gasto em juros, outros R\$ 12,16 bilhões.

Mesmo em alta, o valor total da dívida é inferior ao projetado pelo Plano Anual de Financiamento (PAF), que prevê intervalo entre R\$ 1,13 trilhão e R\$ 1,20 trilhão no fim do ano.

Com forte vencimento de papéis pós-fixados e venda expressiva de títulos prefixados, os dois indicadores atingiram novos recordes. Em setembro, 75,98% dos títulos vencidos eram as pós-fixadas Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

– Esse forte vencimento em LFT e a emissão, principalmente, em prefixados e índices de preço ajudaram a melhorar o nosso perfil – disse o coordenador geral da Dívida Pública do Tesouro, Ronnie Tavares.

A parcela prefixada cresceu de 31,49% para 32,83%, ou R\$ 348,62 bilhões, entre agosto e setembro. O nível é recorde histórico. Já o percentual que acompanha a taxa Selic caiu de 46,14% para 44,79%, equivalente a R\$ 475,58 bilhões. É o nível mais baixo desde novembro de 2002. Entre os demais indicadores, a fatia dos índices de preço permaneceu praticamente estável, com oscilação de 21,56% para 21,51%.

No mês passado, o prazo médio da dívida teve ligeira redução, de 29,84 meses para 29,65 meses. Nas novas emissões, houve queda, de 38,49 meses para 33,56 meses.

A parcela prefixada superou 32% do débito, maior nível desde dezembro de 1999

A parcela dos títulos com vencimento em até 12 meses teve ligeiro aumento, de 39,19% do total da dívida, em agosto, para 39,99%. O percentual está acima do intervalo previsto pelo Tesouro, entre 31% e 36%. Tavares disse que o percentual pode se ajustar até o fim do ano.

Para o economista Reinaldo Gonçalves, professor da UFRJ, a gestão da dívida é “ineficiente”. O estudioso acha inútil cortar despesas e manter juros altos, o que perpetua o desequilíbrio nas contas públicas e gerou o atual endividamento.

Com agências